



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável

SUPRAM SUL DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização  
Ambiental

Parecer nº 219/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2021

PROCESSO Nº 1370.01.0029123/2020-40

PARECER ÚNICO Nº 219/2021			
Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 31603662			
<b>INDEXADO AO PROCESSO</b> Licenciamento Ambiental		<b>PA COPAM</b> 2484/2021	<b>SITUAÇÃO</b> Sugestão pelo Deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b> LAC 1 - LP+LI+LO		<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 26/09/2029	
<b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS</b>		<b>PA COPAM</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
Não se aplica		-X-	-X-
<b>EMPREENDEDOR:</b> Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda		<b>CNPJ:</b> 22.911.856/0002-32	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda		<b>CNPJ:</b> 22.911.856/0002-32	
<b>MUNICÍPIO:</b> Piranguinho- MG		<b>ZONA:</b> Rural	
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICAS</b> <b>(DATUM):</b> WGS 84	<b>LAT/Y</b> 22°21'38,13" S		<b>LONG/X</b> 45°33'36,9" O
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: ( ) INTEGRAL ( ) ZONA DE AMORTECIMENTO ( ) USO SUSTENTÁVEL ( x ) NÃO			
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio Grande <b>UPGRH:</b> GD 5		<b>BACIA ESTADUAL:</b> -X- <b>SUB-BACIA:</b> Rio Sapucaí	
<b>CÓDIGO</b> F-05-12-6 <b>CÓDIGO:</b> F-01-09-5	<b>PARÂMETRO</b> Área útil <b>PARÂMETRO</b> Área útil	<b>ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)</b> Aterro para resíduos não perigosos – Classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil <b>DEMAIS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)</b> Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados	<b>CLASSE DO EMPREENDIMENTO</b> 3 <b>PORTE</b> PEQUENO
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Zona de transição da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica</li></ul>			
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO</b> Lucas Maciel Belo - Engenheiro Agrimensor e Engenheiro Cartografo Lúcio Maciel Belo – Engenheiro Agrônomo Amarildo Rogério de Oliveira Cruz – Engenheiro Florestal			<b>REGISTRO</b> CREA 0213543 e ART 06037720 CREA 216927D-MG e ART 20210147361 CREA 025607D-MG e ART 20210147302

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA
Jandyra Luz Teixeira - Analista Ambiental - Geógrafa	1150868-6
Frederico Augusto Massote Bonifácio - Diretor Regional de Controle Processual	1364259-0
De acordo: Renata Fabiane Alves Dutra - Diretora Regional de Regularização Ambiental	1372419-0



Documento assinado eletronicamente por **Jandyra Luz Teixeira, Servidor(a) Público(a)**, em 30/06/2021, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Fabiane Alves Dutra, Diretor(a)**, em 30/06/2021, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Augusto Massote Bonifacio, Diretor(a)**, em 30/06/2021, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **31603662** e o código CRC **3CC75D62**.

**Referência:** Processo nº 1370.01.0029123/2020-40

SEI nº 31603662



## 1. Introdução

### 1.1. Contexto histórico

O empreendimento Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda, CNPJ n. 22.911.856/0002-32, localiza-se no bairro Santa Bárbara, às margens da rodovia BR-459, nas coordenadas: 22°21'38,13" S e 45°33'36,9" O, zona rural do município de Piranguinho e atua no ramo de armazenamento de massa silicosa e produção de tijolo ecológico/cerâmica vermelha.

Atualmente já é detentor das seguintes licenças:

Licenças		Quantidade licenciada
PA	10406/2018/002/2019	
Modalidade/fase	LIC+LO ampliação	
Código/parâmetro	F-01-09-5 - Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados	0,896 ha
	F-05-07-1 - Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados	20 t/dia
Validade	26/09/2029	
PA	2625/2020	
Modalidade/fase	LAS/RAS ampliação	
Código/parâmetro	F-01-09-5 - Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados	Área útil = 0,499 ha
	F-05-12-6 - Aterro para resíduos não perigosos – Classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil	Área útil = 0,499 ha
Validade	26/09/2029	

Ressalta-se que o PA 10406/2018/001/2018, modalidade LAS/RAS para o código F-01-09-5 - Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados foi unificado na LIC+LO de ampliação.

Em 18/05/2021 protocolou na Supram Sul de Minas o processo de LAC 1 - LP+LI+LO n. 2484/2021 visando a ampliação de sua atividade, com a instalação de uma terceira cava de deposição da massa silicosa, já tendo duas regularizadas.

A ampliação pleiteada se ajusta aos seguintes códigos da DN 217/2017:

- F-05-12-6 – “Aterro para resíduos não perigosos – Classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil”, em área de 0,934 ha, que tem potencial poluidor/degradador médio e o porte pequeno, configurando Classe 3, de acordo com os parâmetros de classificação da Deliberação Normativa Copam nº. 217/2017, com incidência de critério locacional por estar inserido em zona de transição da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.



- F-01-09-5 Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados, em área de 0,499 ha, que tem potencial poluidor/degradador médio e o porte pequeno, configurando Classe 3.

A etapa vistoria foi realizada de forma remota, considerando o cenário de pandemia do Covid 19. De acordo com orientação do Estado, nessa situação atípica, cabe à Administração Pública a condução dos seus serviços também com certo grau de atipicidade, porém com prudência, juridicidade e proporcionalidade. Assim, o caminho sugerido, inclusive, pela edição da Resolução Conjunta Semad, IEF, Igam e Feam nº 2.959/2020, normativa que, além de estabelecer procedimentos para eventuais vistorias, essas cada vez mais não recomendáveis no cenário atual, fornece impulso à análise concreta acerca da adoção de métodos alternativos e, principalmente, com amparo tecnológico, para a realização de atividades de forma remota, sempre que possível.

Sendo assim, além da análise do Relatório de Controle Ambiental – RCA e o Plano de Controle Ambiental - PCA, a Supram SM se utilizou de meios remotos, tais como imagens de satélites e relatórios fotográficos.

O empreendedor apresentou Cadastro Técnico Federal junto ao IBAMA, registro n. 7394110 com Certificado de Regularidade válido até 26/06/2021.

O RCA e o PCA foram elaborados sob a responsabilidade dos seguintes profissionais:

- Lucas Maciel Belo - Engenheiro Agrimensor e Engenheiro Cartografo, CREA 0213543 e ART 06037720.
- Lúcio Maciel Belo – Engenheiro Agrônomo – CREA 216927D-MG e ART 20210147361.
- Amarildo Rogério de Oliveira Cruz – Engenheiro Florestal, CREA 025607D-MG e ART 20210147302.

## 2. Caracterização do empreendimento

A Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda é uma empresa que atua na produção de tijolos ecológicos ou reciclados a partir de massa silicosa.

De acordo com os estudos, a produção de tijolos não teve início após a emissão do certificado LIC+LO nº 233/2019 e somente recentemente a empresa iniciou em pequena escala a fabricação, uma vez que estava buscando enquadramento aos padrões da Norma Brasileira ABNT.

A massa silicosa (lama vermelha) utilizada na fabricação de tijolo ecológico é um resíduo do refino da bauxita para produção de alumina ( $Al_2O_3$ ).



A área total do imóvel é de 3,3983 ha, com 0,4804 ha destinados à Reserva Legal. Dessa forma a empresa conta com 2,9179 ha para desenvolver sua atividade.

O empreendimento conta com as seguintes estruturas para seu funcionamento: estradas internas, estacionamento, garagem, escritório, copa/cozinha, banheiros, almoxarifado, garagem, pátio para armazenamento da massa silicosa, galpões e equipamentos utilizados na fabricação dos tijolos e estação de tratamento de efluente.

Emprega 5 funcionários, com jornada de trabalho de 8 horas/dia, entre as 07:00 horas e às 17:00 horas de segunda a sexta feira, funcionando em média 22 dias por mês e 12 meses por ano.



Figura 1 – Imagem de satélite com a localização da Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda.

## 2.1 - Descrição do processo produtivo

A lama vermelha (massa silicosa) é a denominação genérica para o resíduo da indústria de beneficiamento do alumínio, gerado a partir do refino da bauxita para produção de alumina ( $Al_2O_3$ ) através do processo Bayer. Durante muito tempo foi considerada um resíduo inaproveitável, entretanto, os custos econômicos e os riscos ambientais associados a sua disposição têm motivado a busca por alternativas ambientalmente mais seguras, que possibilitem a redução do volume encaminhado para a disposição final.

Esse material foi submetido à análise técnica laboratorial sendo classificado como Resíduo Classe II A – Não Inerte e foi denominado como “massa silicosa”.



A proposta da empresa é a fabricação de tijolos ecológicos, mediante reaproveitamento desse resíduo e para tanto é necessária a utilização de cavas de armazenamento da massa silicosa.

Já conta com duas cavas regularizadas, conforme caracterizado abaixo e pleiteia nesse parecer a abertura de uma terceira.

- Cava 01: 47,0 x 92,0 x 4,5 metros de largura, comprimento e uma profundidade média respectivamente.
- Cava 02: 75,5 x 72,0 x 6,0 metros de largura, comprimento e uma profundidade média respectivamente.

O fundo e taludes das cavas foram revestidos por geomembrana de manta laminada flexível de Polietileno de Alta Densidade - PEAD. Foram projetadas para receber o resíduo com pequena umidade associada, que após a sua disposição passa por secagem natural. Caso a umidade seja superior a especificada pelo fornecedor e/ou receba excesso de água pluvial, esse efluente é escoado pelos drenos de fundo e armazenados. O efluente acumulado é coletado e tratado pela ETE existente.

Para a abertura da terceira cava de armazenamento da massa silicosa serão adotados os mesmos procedimentos realizados nas cavas anteriores. A nova cava terá as seguintes dimensões: 67,0 x 78,5 x 7,0 m metros de largura, comprimento e profundidade respectivamente.

## 2.2. Enceramento das cavas

As características físicas da massa silicosa recebida varia muito e depende diretamente da natureza da bauxita. Logo, a massa nem sempre se presta ao emprego na produção de tijolos ecológicos. Devido a este fato, as cavas vão recebendo o material não passíveis de utilização na fabricação de tijolos. Quando o material for propício à fabricação de tijolos ecológicos, o mesmo é depositado na cava em separado e utilizado para tal finalidade.

Ainda, de acordo com informações prestadas, por não estar em pleno funcionamento a produção de tijolos, as cavas utilizadas para o armazenamento deverão ser aterradas a fim de não oferecer riscos ao meio ambiente.

Ao longo da operação serão aterradas as três cavas (cada uma em seu momento oportuno), totalizando 1,433 hectares. O LAS-RAS nº 2625/2020 autorizou o aterro da cava nº 02 (0,499ha).

Atualmente, a cava nº 1 não está recebendo mais massa silicosa, pois, encontra-se com sua capacidade máxima e deverá ser encerrada assim que essa nova licença for expedida.



O licenciamento atual solicita o aterramento das cavas nº 01 e 03, cuja soma das duas equivale a 0,933ha.

De acordo com as regras do licenciamento estão ampliando o LAS-RAS, portanto, somou-se o parâmetro do LAS-RAS ao parâmetro da atual ampliação.

Deste modo, o LAS vigente – PA n. 2625/2020 perderá a validade e o Certificado LAS/RAS n. 2625 será cancelado, passando a ser incorporado neste licenciamento.

Quanto à vida útil e de acordo com informações prestadas nos estudos, para a cava nº 02 a estimativa de encerramento será em até três anos a ser contados a partir de dezembro de 2020 (início do armazenamento), pressupondo-se que não haverá total aproveitamento da massa silicosa recebida.

Também para a cava nº 3 a estimativa de encerramento será em até três anos pressupondo-se que não haverá total aproveitamento da massa silicosa recebida. Porém, o início do armazenamento nessa cava terá início prioritariamente após o encerramento da cava nº 02. Em caso de necessidade de iniciar o armazenamento na cava nº 03 antes do encerramento da cava nº 02, o Órgão Ambiental Licenciador será comunicado previamente.

Observa-se o volume maior de massa silicosa recebida em relação a produção de tijolos, o que embasa a autorização para a terceira ampliação de área de cava de aterro. Todavia, será condicionante deste parecer a apresentação de estudo e sua execução quanto as perspectivas para o melhor e maior aproveitamento deste resíduo seja através da ampliação da capacidade produtiva da fábrica de tijolos ou outro uso alternativo viável.

Neste sentido, a equipe externaliza que futuras ampliações para recebimento da massa silicosa, estarão diretamente dependentes do resultado do estudo para otimização do aproveitamento do referido resíduo, conforme indicado na condicionante.

#### **4. Utilização e intervenção em recursos hídricos**

A Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda localiza-se nas imediações do Córrego Açudinho e o rio mais próximo é o Sapucaí, localizado na bacia hidrográfica do rio Grande (GD5).

A água utilizada nas atividades e para consumo humano é fornecida pela concessionária local, COPASA e por captação em um poço manual (cisterna), regularizado conforme abaixo:





- “Certidão de registro de uso insignificante de recurso hídrico”, n. 0136923/2019 – processo n. 47936/2019, válida até 06/08/2022, autorizando a exploração de 0,400 m³/h, durante 10:00 hora(s)/dia, totalizando 4,000 m³/dia.

## 5. Reserva Legal e intervenção em área de preservação permanente.

O imóvel onde está localizado o empreendimento denomina-se “Área 3”, conforme Certidão de Registro de Imóveis juntada ao processo, possui área total de 3,3983 ha (0,1133 módulo fiscal), sendo 0,4804 ha destinado à Reserva Legal. Encontra-se devidamente declarada no CAR sob o registro n. MG-3151008-D4B2.40E3.AD06.4953.B5A2.4EFA.240B.665C.

Em análise no site [www.car.gov.br](http://www.car.gov.br) verificou-se que nem todo o remanescente de vegetação nativa foi contemplado como reserva legal, pois na somatória das áreas, feita pela equipe da SUPRAM SM, chegou-se a 0,71 ha e não 0,4804 ha, informado no CAR apresentado. Por conseguinte, será condicionante deste parecer a retificação, incluindo todo o remanescente de vegetação nativa, chamando a atenção para o fragmento cuja coordenada do ponto central é 22°21'34.48" e 45°33'38.14".

Consideramos tal fragmento de importância vegetal, por fazer divisa com uma área também significativa ambientalmente, haja visto localizar-se no entorno do rio Sapucaí.

Este Parecer não autoriza qualquer intervenção ambiental em APP e/ou supressão de vegetação nativa ou indivíduos arbóreos nativos.

## 6. Aspectos/impactos ambientais e medidas mitigadoras

**6.1 Efluentes líquidos** – caracterizados pelos líquidos coletados nos drenos de fundo das cavas e pelos efluentes sanitários.

- **Medidas mitigadoras** – o efluente industrial é direcionado a uma estação de tratamento de efluentes industriais, composta pelos seguintes equipamentos:

Quantidade	Produto
01	Sistema de recalque composto: bombas submersíveis, barrilete, conexões, adaptadores, válvulas de retenção e registros
01	Floccodcantador 20.000 litros
01	Filtro pressurizado com meio filtrante de zeólita/areia
02	Reservatório em PRFV, capacidade 20.000 litros
01	Quadro de comando





Apresentou cópia do contrato de fornecimento de estação de tratamento de esgoto pela PAB Indústria Comercio e Serviços em Fibra EIRELI, assinado em 05/07/2019, onde consta também a planta baixa e de corte.

O efluente tratado é armazenado em uma caixa d'água de 20.000 litros, sendo posteriormente utilizado para irrigação do jardim existente nas áreas do empreendimento.

O efluente sanitário é direcionado para tratamento em um biodigestor, dimensionado para atendimento máximo de 20 pessoas, sendo direcionado para o sumidouro após seu tratamento. Com relação ao lodo resultante do processo, o mesmo é depositado no leito de secagem.

Com o acúmulo desse material no leito de secagem, de tempos em tempos deve ser realizada sua limpeza e destinação.

**6.3 Resíduos sólidos** - compostos basicamente de restos de substâncias perecíveis e não perecíveis, como plásticos, papéis/papelão de embalagens e restos de alimentos.

- **Medidas mitigadoras** - Os resíduos domésticos são destinados a coleta municipal. Com relação a geração de resíduos sólidos, a destinação final deverá atender aos requisitos previstos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019, que institui o Sistema Estadual de Manifesto de Transporte de Resíduos.

## 7. Cumprimento das condicionantes da LIC+LO ampliação e LAS/RAS

A LIC+LO ampliação, da Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda, foi deferida em 26/09/2019, pela SUPRAM SM, conforme PA n. 10406/2018/002/2019 e Parecer Único nº 0604964/2019, com validade até 26/09/2029 e as seguintes condicionantes:

Item	Descrição da Condicionante	Prazo
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental
02	Retificar o Cadastro Ambiental Rural – CAR de forma que o item Reserva Legal contemple todo o remanescente de vegetação nativa existente no Imóvel Rural.	180 dias após publicação da Licença Ambiental

O LAS/RAS foi deferido em 24/07/2020, pela SUPRAM SM, conforme PA n. 2625/2020 e Parecer Técnico n. 160/2020, com validade até 24/09/2029 e a seguinte condicionante:



Item	Descrição da Condicionante	Prazo
01	Apresentar relatório técnico e fotográfico comprovando que a obra do aterro Classe II foi realizada em consonância com o disposto na ABNT NBR 13896. Solicita-se atenção aos seguintes itens: <ul style="list-style-type: none"><li>- Sistema de drenagem de água pluvial;</li><li>- Sistema de drenagem subsuperficial (captação e remoção do percolato);</li><li>- Impermeabilização do solo.</li></ul>	Previamente ao início da Operação

O cumprimento das condicionantes foi analisado pela equipe do Núcleo de Controle Ambiental Sul de Minas – NUCAM SM, sendo ao final lavrado o Auto de Fiscalização n. 103311/2021 (SIAM n. 0288289/2021). O período analisado nesta fiscalização processual foi entre a emissão da Licença e a data do presente ato fiscalizatório (16/06/2021).

A conclusão constante do AF foi de que “de maneira geral, considerando-se os dois processos, observa-se que o empreendimento cumpre aquilo que lhe foi determinado, apresentando um quadro de adequabilidade ambiental”.

<b>CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 103311/2021</b>	<b>Folha 1/2</b>
--	------------------



8. Relatório Sucinto

*O empreendimento **Solução Indústria Comércio e Transporte Ltda ME** desenvolve as atividades de “Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados” (Código F-05-07-1) e “Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados” (Código F-01-09-5), apresenta Potencial Poluidor/Degradador **M** e o porte do empreendimento é **M** resultando em empreendimento Classe **3**, conforme DN COPAM 217/17. Em fiscalização documental aos processos administrativos nº **10406/2018/002/2019** e **1370.01.0029123/2020-40**, foi realizado o acompanhamento das condicionantes estabelecidas nos anexos I e II do Parecer Único nº **0604964/2019** e do Anexo I do Parecer Técnico nº **160/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2020**.*

*A **Licença de Instalação Corretiva + Licença de Operação (LIC + LO nº 233/2019)** do empreendimento foi emitida em **26/09/2019**, por decisão da Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas, sendo publicada no Diário Oficial no dia **27/09/2019**, na página **11**, com prazo de validade até **26/09/2029**. O período analisado nesta fiscalização processual encontra-se entre a emissão da Licença e a data do presente ato fiscalizatório (16/06/2021).*

O Anexo I do processo em questão é composto por 2 condicionantes, quais sejam:

- Condicionante 1: Realizar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, que será discriminado adiante.
- Condicionante 2: Retificar o Cadastro Ambiental Rural – CAR de forma que o item Reserva Legal (RL) contemple todo o remanescente de vegetação nativa existente no Imóvel Rural. Após análise dos documentos protocolados, verificou-se a seguinte situação: no âmbito do licenciamento, foi apresentado o CAR do Imóvel denominado Sítio Santa Bárbara (matrícula: 12104) contendo 3,0513 ha de área total e 0,5820 ha de RL – documento sob o qual foi determinada a retificação da RL descrita na condicionante. Em 17/03/2020, sob o protocolo R036211/2020, foi apresentado novo registro do CAR, do mesmo imóvel Sítio Santa Bárbara (matrícula 12104) contendo 3,0513 ha de área total e 0,6531 de RL. Para fins de ampliação das atividades, foi declarada a compra de um pedaço de terras e unificação à matrícula anterior e apresentado novo CAR, com imóvel de denominação Área 3 (matrícula 12.674) contendo 3,3983 ha de área total e 0,4804 de RL. Consideram-se as duas retificações, tem-se que a área de RL foi diminuída na segunda, em relação à primeira. Porém, analisando a imagem de satélite da área, verificou-se que os 0,48 ha declarados na segunda retificação correspondem ao fragmento de vegetação nativa localizado na área. Entretanto, observou-se que paralelo e à esquerda do fragmento consolidado, existe uma pequena fração de campo sujo/fragmentação por efeito borda que, anexando-se ao fragmento consolidado criaria um corredor ecológico que facilitaria o enriquecimento vegetacional, possibilitando a fusão das duas áreas. A determinação para retificação final será realizada pelo gestor, via pedido de ampliação das atividades requerido pelo empreendedor. Sendo assim, considera-se essa condicionante **CUMPRIDA, NECESSITANDO RETIFICAÇÃO**.

Com relação ao anexo II - Programa de Automonitoramento – Item 2: **Resíduos Sólidos e Oleosos**. Verificou-se que o Parecer Único estabeleceu entrega **Anual** das tabelas de controle, a serem entregues até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença, junto à SUPRAM SM. Considerando-se a data de publicação da Licença (27/09/2019), a data limite para protocolo dar-se-á sempre em **27/09**, anualmente.

Com relação à entrega, verificou-se que o cumprimento da condicionante ocorreu na esfera de atuação da Deliberação Normativa nº 232/2019, que institui o Sistema Estadual de Manifesto de Transporte de Resíduos e estabelece procedimentos para o controle de movimentação e destinação de resíduos sólidos e rejeitos no estado de Minas Gerais e dá outras providências. Passando assim a ser obrigatória a

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)	MA SP	Assinatura
Lidiana Oliveira Amaral de Souza	1.374.437-0	Original assinado.
Órgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível)	MA SP	Assinatura
Órgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		



03. Servidor (Nome legível)	MA SP	Assinatura
Orgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)	Função / Vínculo com o Empreendimento	
<b>Solução Indústria Comércio e Transporte Ltda ME.</b>		
Assinatura		
Enviado via postal.		
<b>CONTINUAÇÃO DO AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 103311/2021</b>		Folha 2/2



8. Relatório Sucinto

Com relação à gestão de resíduos sólidos, foi verificado que o empreendimento possui gerenciamento e que os resíduos gerados estão recebendo destinação final ambientalmente adequada. Verificou-se, ainda, que os transportadores e receptores encontram-se devidamente licenciados.

Os documentos encontram-se no banco de dados do processo, através dos protocolos: R026727/2020, de 28/02/2020; R115037/2020, de 09/09/2020 e SEI 25983972, de 25/02/2021.

Sendo assim, considera-se essa condicionante **CUMPRIDA**.

Com relação ao anexo II - Programa de Automonitoramento – Item 3: **Ruído**. Local de monitoramento: 4 pontos no entorno do empreendimento sendo ao menos 1 próximo às residências (limite frontal do empreendimento). Verificou-se que o Parecer Único estabeleceu prazo **anual, até o último dia do mês subsequente ao aniversário da Licença**, para entrega dos relatórios junto à SUPRAM SM. Considerando-se a data da publicação da Licença, dentro deste período fiscalizatório, a data limite para entrega do relatório referente ao ano 09/2019 a 09/2020 seria em **31/10/2020**.

Na data de 09/09/2020 (dentro do prazo), através do protocolo R115035/2020, foi entregue um documento contendo a justificativa para a não realização do monitoramento de ruídos. Como motivo para tanto, foi declarado pelo responsável, juntamente com relatório fotográfico, a paralisação nas atividades da fábrica de tijolos, consequentemente não havendo ruído a ser monitorado.

Sendo assim, considera-se essa condicionante **JUSTIFICADA**.

*Já a **Licença Ambiental Simplificada (LAS RAS nº 2625/2020)** do empreendimento foi emitida em **24/07/2020**, por decisão da Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas, com prazo de validade até **24/09/2029**. O período analisado nesta fiscalização processual encontra-se entre a emissão da Licença e a data do presente ato fiscalizatório (16/06/2021).*

A condicionante única estabelecida no Anexo I determina a apresentação de relatório técnico e fotográfico comprovando que a obra do aterro Classe II foi realizada em consonância com o disposto na ABNT NBR 13896. Solicita-se atenção aos seguintes itens: • Sistema de drenagem de água pluvial; • Sistema de drenagem subsuperficial (captação e remoção do percolato); • Impermeabilização do solo.

Verificou-se que o Parecer Técnico estabeleceu como prazo: **Previamente ao início da Operação**.

Conforme documento entregue, o início da operação era previsto para Dezembro de 2020.

Na data de 28/10/2020 (dentro do prazo), através do protocolo SEI nº 21151877, foi apresentado documento contendo relatório fotográfico evidenciando a construção da obra em conformidade com o estabelecido.

Sendo assim, considera-se essa condicionante **CUMPRIDA**.

**De maneira geral, considerando-se os dois processos, observa-se que o empreendimento cumpre aquilo que lhe foi determinado, apresentando um quadro de adequabilidade ambiental.**

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)	<b>MASP</b>	Assinatura
Lidiana Oliveira Amaral de Souza	1.374.437-0	Original assinado.
Órgão <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível)	<b>MASP</b>	Assinatura
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	<b>MASP</b>	Assinatura



Orgão	<input type="checkbox"/> SEMAD	<input type="checkbox"/> FEAM	<input type="checkbox"/> IEF	<input type="checkbox"/> IGAM
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização				
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)			Função / Vínculo com o Empreendimento	
<b>Solução Indústria Comércio e Transporte Ltda ME.</b>				
Assinatura				
Enviado via postal.				

## 9. Compensações

Não será necessária compensação, pois na área do empreendimento não haverá supressão de vegetação nativa ou corte de árvores isoladas.

## 10. Controle Processual

Este processo foi devidamente formalizado e contém um requerimento em que se pleiteia licenciamento concomitante, e que será submetido para decisão da Superintendência Regional de Meio Ambiente - SUPRAM Sul de Minas.

A regularização ambiental, por intermédio do licenciamento, tem início, se for preventivo, com a análise da licença prévia – LP, seguida pela licença de instalação - LI e licença de operação – LO.

Com a licença prévia – LP atesta-se a viabilidade ambiental da atividade ou do empreendimento quanto à sua concepção e localização, com o estabelecimento dos requisitos básicos e das condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, de acordo com o inciso I, art. 13 do Decreto Estadual nº 47.383 de 2018 – que estabelece normas para licenciamento ambiental.

A viabilidade ambiental na fase de LP se constitui na viabilidade locacional, ou seja, verifica-se se na concepção do projeto, que resultou no empreendimento, foram observadas as restrições quanto a sua localização; se o local onde a empresa está é viável, propício ao desenvolvimento da sua atividade; se não existe impedimento quanto a sua localização como: estar localizada em área restrita, destinada a conservação da natureza ou de interesse ambiental que possa inviabilizar a sua manutenção no local.

Devidamente analisado critério locacional, não foi indicado que há incidência desse critério.

A Certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a lei de uso e ocupação do solo, foram apresentadas.

A apresentação da Certidão da Prefeitura é uma obrigação expressa no artigo 18 do Decreto Estadual nº 47.383 de 2018.



Infere-se que a viabilidade ambiental, no que diz respeito a localização, está demonstrada.

Não foi apresentada necessidade técnica de compensação ambiental.

Foram explicitados os impactos ambientais negativos que a atividade ocasiona no meio ambiente, bem como as medidas de controle ambiental existentes para mitigar os impactos negativos.

A operação da empresa está condicionada a demonstração de que, para os impactos negativos, foram adotadas medidas de controle ambiental capazes de diminuir os impactos negativos da sua atividade.

A implantação efetiva de medidas de controle ambiental, bem como a demonstração da eficácia destas medidas, por intermédio de relatórios o que possibilita a demonstração da viabilidade ambiental, entendida esta viabilidade ambiental como a aptidão da empresa operar sem causar poluição ou degradação e, se o fizer, que seja nos níveis permitidos pela legislação.

Confrontando-se os impactos negativos com as medidas de controle ambiental informadas, verifica-se que o empreendimento conta com as medidas de controle ambiental para proporcionar a mitigação dos impactos negativos ao meio ambiente.

A análise dos estudos ambientais pela Superintendência Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas, não exime o empreendedor de sua responsabilidade técnica e jurídica sobre estes, assim como da comprovação quanto à eficiência das medidas de mitigação adotadas.

A taxa de indenização dos custos de análise do processo foi recolhida.

O prazo da licença será de 10 anos.

O processo está apto para que se submeta o requerimento de licença para decisão da Superintendência Regional de Meio Ambiente - SUPRAM Sul de Minas.

## 11. Conclusão

A equipe da Supram Sul de Minas **sugere o deferimento** desta Licença Ambiental na fase de **LAC 1 - LP+LI+LO - ampliação**, para o empreendimento **Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda**, para as atividades de **“Aterro para resíduos não perigosos – Classe II-A e II-B, exceto resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção civil” e “Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados”** no município de **Piranguinho**, com **validade até 26/09/2029**,





vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no Anexo I deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste Parecer Único, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Superintendência Regional de Meio Ambiente – Supram Sul de Minas.

Oportuno advertir ao empreendedor que a análise negativa quanto ao cumprimento das condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I), bem como qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Sul de Minas, tornam o empreendimento em questão passível de ser objeto das sanções previstas na legislação vigente.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa, nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outros atos autorizativos legalmente exigíveis.

A análise dos estudos ambientais pela Supram Sul de Minas, não exime o empreendedor de sua responsabilidade técnica e jurídica sobre estes, assim como da comprovação quanto à eficiência das medidas de mitigação adotadas.

## 12. Anexos

**Anexo I.** Condicionantes para LAC 1 - LP+LI+LO - ampliação de Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda;

**Anexo II.** Programa de Automonitoramento de Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda e

**Anexo III.** Relatório fotográfico de Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda.



## ANEXO I

### Condicionante para LAC 1 - LP+LI+LO – ampliação, de Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda

Item	Descrição da Condicionante	Prazo <sup>[1]</sup>
01	Apresentar relatório técnico e fotográfico comprovando que a obra do aterro Classe II (cava 3) foi realizada em consonância com o disposto na ABNT NBR 13896. Solicita-se atenção aos seguintes itens: - Sistema de drenagem de água pluvial; - Sistema de drenagem subsuperficial (captação e remoção do percolado); - Impermeabilização do solo.	Previamente ao início da Operação
02	Apresentar relatório técnico comprobatório do melhor aproveitamento da massa silicosa atestando que a sua disposição em aterros está sendo reduzida ao longo do período de vigência da licença.	Semestralmente a partir da concessão da licença
03	Dar continuidade à execução das condicionantes estabelecidas no Parecer Único n. 0604964/2019, relativo à Licença de Operação principal, PA n. 10406/2018/002/2019	De acordo com os prazos estabelecidos no Parecer Único n. 0604964/2019

**[1] Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

## IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificados para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



## Anexo II

### Relatório Fotográfico de Solução Indústria, Comércio e Transportes Ltda



Foto 1: Visão parcial do galpão a ser utilizado para fabricação de tijolos ecológicos



Foto 2: Visão parcial da cava nº 2 para armazenamento da massa silicosa



Foto 3: Cava em operação



Foto 4: Caminhão lonado chegando à empresa para o descarregamento da massa silicosa.



Foto 5: Estação de tratamento de efluentes industriais



Foto 6: Estação de tratamento de efluentes sanitários



### Relatório Fotográfico - continuação



Foto 7: Área definida para instalação da cava nº 3 (ao fundo, é possível visualizar as outras cavas em operação)



Foto 8: área definida para instalação da cava nº 3, vista de outro ângulo